



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

LEI COMPLEMENTAR Nº 076, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

Institui o Código de Vigilância Sanitária de Morrinhos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRINHOS,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte LEI:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º As ações e serviços da Fiscalização e Inspeção Sanitária, no âmbito do Município de Morrinhos, Estado de Goiás, obedecerão ao disposto nesta Lei, no que couber e aos princípios expressos na Constituição Federal, na Constituição do Estado de Goiás, nas Leis Orgânicas da Saúde - Leis Federais nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº. 8.142, de 28 de dezembro de 1990, no Código de Saúde do Estado de Goiás e demais legislações pertinentes.

Parágrafo único. Decretos, Portarias, Resoluções e Normas Técnicas podem complementar a presente Lei, vinculando-se a esta por remissão expressa.

Art. 2º Cabe a Prefeitura Municipal zelar pelas condições sanitárias em todo o território do Município de Morrinhos, assistindo-lhe o dever de atuar no controle de endemias e surtos, bem como participar de campanhas de saúde pública.

Art. 3º As atribuições e competências do Município de Morrinhos no Sistema Único de Saúde (SUS) são as prescritas pelas Constituições Estadual e Federal, Lei Orgânica do Município e Legislação em vigor.

Art. 4º O Sistema Único de Saúde no âmbito do Município de Morrinhos organizar-se-á com base nos princípios e objetivos do ordenamento nacional, notadamente:

I - acesso universal e igualitário;

II – cobertura e atendimento integral, priorizando as atividades preventivas, sem prejuízo das demais;



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

III – caráter democrático, com participação da sociedade por meio do Conselho Municipal de Saúde e das Conferências Municipais de Saúde.

Art. 5º Fica garantido ao indivíduo, como sujeito das ações e serviços em saúde:

I – sigilo sobre dados pessoais apresentados;

II – obter informações e esclarecimentos adequados a respeito das ações e serviços prestados, sobre situações atinentes à saúde coletiva e, quando for o caso, sobre seu estado de saúde, a evolução do quadro nosológico e possíveis alternativas de tratamento;

III – decidir livremente sobre a aceitação ou recusa à assistência oferecida pelos serviços de saúde e pela sociedade, salvo em casos que caracterizem riscos à saúde da coletividade.

Art. 6º Todos os estabelecimentos de serviços de saúde, que estão submetidos à fiscalização e inspeção dos serviços prestados pela vigilância sanitária, sejam de caráter privado, público ou filantrópico, assim como outros locais que ofereçam riscos à saúde sujeitar-se-ão ao disposto nesta Lei.

Parágrafo único. São considerados estabelecimentos de serviços de saúde e de interesse à saúde:

I - habitações, lotes vagos, vias e logradouros públicos;

II – estabelecimentos que produzam, industrializem, embalem, estoquem ou comercializem produtos alimentícios ou congêneres;

III – mercados, feiras livres, ambulantes que comercializem produtos alimentícios ou congêneres;

IV – hotéis, pensões e estabelecimentos afins;

V – barbearias, salões de cabeleireiros, institutos de beleza e estabelecimentos afins;

VI – clubes privados ou públicos, locais de esporte e recreação e estabelecimentos afins;

VII – ferrarias, oficinas mecânicas, indústrias de calçados, confecções, carvoarias, curtumes, torrefações e moagem de café, serralherias e estabelecimentos afins;



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

VIII – hospitais, pronto-socorros, postos de saúde, consultórios médicos, odontológicos e veterinários, clínicas médicas, farmácias e drogarias, laboratórios de análises clínicas patológicas, serviços de radiodiagnóstico e estabelecimentos afins;

IX – açougues, abatedouros, peixarias e estabelecimentos afins;

X – cemitérios, necrotérios, crematórios e velórios;

XI - outros estabelecimentos ou ambientes, cuja atividade possa, direta ou indiretamente, provocar danos ou agravos à saúde ou à qualidade de vida da população.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Seção I

Das Competências e Atribuições

Art. 7º Sem prejuízo das demais atribuições conferidas pelos órgãos oficiais, é de competência da Secretaria Municipal de Saúde de Morrinhos:

I – promover por todos os meios o planejamento, educação, orientação, controle e execução das ações de Vigilância Sanitária em todo o Município;

II – planejar, organizar e prestar assistência individual e coletiva à população, por meio de ações de proteção, promoção e recuperação da saúde;

III – celebrar convênios com instituições de caráter público, filantrópico e privado, visando ao melhor cumprimento desta lei;

IV – celebrar consórcios intermunicipais, visando à integridade e às melhorias na qualidade dos serviços prestados, assim como o controle de produtos de interesse da saúde;

V – promover a capacitação, a adequação e a valorização dos recursos humanos disponíveis no setor de saúde, visando a aumentar a eficiência dos serviços a serem prestados;

VI – fiscalizar, controlar e avaliar os procedimentos, equipamentos e tecnologias utilizadas no SUS;



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

VII – prestar assistência farmacêutica aos usuários dos SUS, garantindo maior acesso aos medicamentos básicos, através da organização controle, fiscalização e distribuição dos mesmos;

VIII – exercer o "Poder de Polícia Sanitária" do município, tendo como finalidade à de promover e fazer cumprir normas para o melhor exercício das ações de vigilância e fiscalização sanitária, epidemiológica, controle de zoonoses e à saúde do trabalhador.

Art. 8º A execução das medidas de fiscalização e inspeção sanitárias previstas nesta lei é da competência exclusiva da Coordenação de Fiscalização Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde de Morrinhos.

§ 1º A direção da execução das medidas de fiscalização e inspeção sanitárias será acometida a funcionário responsável pela Vigilância Sanitária, indicado pelo Prefeito Municipal, devendo ser um profissional na área de saúde com formação de nível superior.

§ 2º A execução das medidas sanitárias caberá aos Fiscais Sanitários, que serão formados por uma equipe multidisciplinar de técnicos em áreas da saúde, ou profissionais com nível superior ou nível médio.

Seção II

Das Definições

Art. 9º Para efeitos desta Lei, entende-se como:

I – alimento: toda substância ou mistura de substâncias no estados sólidos, líquidos, pastosos ou qualquer outra forma adequada, destinada a fornecer ao organismo humano os elementos normais à sua formação, manutenção e desenvolvimento;

II – alimento "*in natura*": todo alimento de origem vegetal ou animal para cujo consumo imediato se exijam apenas, a remoção da parte não comestível e os tratamentos indicados para a sua perfeita higienização e conservação;

III - análise: exame de parte de um todo, com o objetivo de conhecer sua natureza, suas proporções, suas funções e suas relações;

IV – análise de controle: análise efetuada após o registro do produto, quando de sua entrega ao consumo, e que servirá para comprovar a sua conformidade com o respectivo padrão



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

de identidade e qualidade, ou com as normas técnicas especiais, ou ainda como o relatório e o modelo do rótulo anexado ao requerimento que deu origem ao registro;

V – análise fiscal: análise efetuada sobre o produto colhido pela autoridade fiscalizadora competente e que servirá para verificar a sua conformidade com os dispositivos desta lei e de suas normas técnicas especiais;

VI – análise de rotina: análise efetuada sobre o alimento coletado pela autoridade sanitária competente, sem que se atribua suspeita à sua qualidade, que servirá para avaliações e acompanhamento da qualidade dos produtos, de acordo com os padrões legais vigentes;

VII – animais sinantrópicos: aqueles que convivem com o homem em sua moradia ou arredores de forma indesejável e que lhe trazem incômodos ou prejuízos e riscos à saúde pública;

VIII – autoridade sanitária competente: funcionário legalmente credenciado pela Secretaria Municipal de Saúde de Morrinhos a exercer tal função;

IX - autorização: ato privativo da Secretaria Municipal de Saúde, incumbido da Vigilância Sanitária dos produtos e serviços de que trata esta lei e que poderá ser usada em situações especiais e temporárias;

X – assistência farmacêutica: conjunto de atividades de pesquisa, produção, controle, distribuição, armazenamento, dispensação e outras, relacionadas às farmácias, insumos, medicamentos e correlatos, destinados a promoção, proteção, manutenção e recuperação da saúde individual e coletiva;

XI - emergência: constatação médica de condições de agravo à saúde que impliquem em risco iminente à vida ou em sofrimento intenso, exigindo, portanto, tratamento médico imediato;

XII – estabelecimentos de serviços de interesse à saúde: estabelecimentos que industrializem, fabriquem, beneficiem, armazenem e/ou distribuam alimentos, matérias-primas alimentares, medicamentos, drogas e correlatos, produtos biológicos, perfumes e cosméticos, saneantes domissanitários e congêneres, estabelecimentos destinados à desratização, desinsetização e imunização de ambientes domiciliares ou públicos, estabelecimentos de hospedagem, creches, asilos, escolas, academias de natação, ginástica ou similares, estabelecimentos de lazer e diversão, parque de exposição, circos, institutos de beleza,



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

barbearias, saunas e congêneres, terminais rodoviários, garagens de ônibus, outros locais que devido às suas especificidades possam criar ambiente insalubre e/ou favorável à proliferação de animais sinantrópicos, tais como borracharias, oficinas, ferros velhos, entre outros;

XIII – estabelecimentos de serviços de saúde: estabelecimentos hospitalares de qualquer natureza, serviços médicos, clínicas, ambulatórios, consultórios, os estabelecimentos de psicoterapia, psicanálise, fisioterapia, ortopedia, laboratório de análises e pesquisas clínicas, estabelecimentos de hemoterapia, clínicas de repouso, óticas, oficinas de material ortopédico, serviços odontológicos, laboratórios de prótese dentária, serviços de radiodiagnósticos e congêneres;

XIV - fiscalização: atividade de poder de polícia desempenhada pelo poder público, através das autoridades sanitárias em ambientes, inclusive o de trabalho; substâncias e produtos; procedimentos e técnicas, sujeitos a esta lei, com o objetivo de cumprir ou fazer cumprir as determinações estabelecidas na legislação em vigor;

XV – notificação compulsória: comunicação oficial, por qualquer meio, à autoridade sanitária competente, dos casos e óbitos suspeitos ou confirmados, das doenças classificadas de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional, relação elaborada pelo Ministério da Saúde e aquelas enumeradas em Normas Técnicas especiais;

XVI – órgãos competentes: órgãos técnicos oficiais específicos para a atividade;

XVII - urgência: ocorrência imprevista de agravo à saúde, com ou sem risco potencial de vida, cujo portador necessite de assistência médica imediata;

XVIII - zoonoses: agravos ou doenças infecciosas que são transmissíveis ao homem pelos animais vertebrados ou não, que é chamado de zoonose, e as que são transmissíveis dos homens para os animais que são denominadas antropozoonoses;

XIX – comércio ambulante: toda e qualquer forma de atividade lucrativa, de caráter eventual, ou transitória, que se exerça de maneira itinerante, nas vias e logradouros públicos, ou que realize vendas a domicílio;

XX – serviços temporários: estabelecimento, comércio ou vendedor ambulante que opere em local, por um período que não exceda vinte e um dias e que estejam ligados a atividades festivas;



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

XXI – aproveitamento condicional: utilização parcial ou total de um alimento ou matéria-prima alimentar, inadequado para o consumo humano, direto que após tratamento, adquire condições para seu consumo, seja na alimentação do homem, seja na alimentação de animais.

XXIII - Empresa: Pessoa física ou jurídica; de direito público ou privado, que exerça como atividade principal ou subsidiária o comércio, venda de insumos farmacêuticos e correlatos, equiparando-se a mesma, para efeitos legais, às unidades dos órgãos da administração direta ou indireta, federal, estadual e do Municipal incumbida de serviços correspondentes;

XXIV - estabelecimento: unidade de empresa destinada ao comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos;

XXV- Farmácia: estabelecimento de manipulação de fórmulas magistrais e oficiais, de comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, compreendendo o de dispensação e o de atendimento privativo de unidade hospitalar, ou de qualquer outra equivalente de assistência médica;

XXVI - Drogaria: estabelecimento de dispensação e comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos em suas embalagens originais;

XXVII - Herbanário ou Ervanário: estabelecimento que realiza dispensação de plantas medicinais;

XXVIII - Posto de Medicamentos e Unidade Volantes: estabelecimento destinado exclusivamente à venda de medicamentos originais e constantes de relação elaborada pelo órgão sanitário federal, publicada na imprensa oficial, para atendimento a localidades desprovidas de farmácia ou drogarias;

XIX - Dispensário de Medicamentos: setor de fornecimento de medicamentos industrializados privativo de pequena unidade hospitalar ou equivalente;

XXX - Dispensação: ato de fornecimento ao consumidor, de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, a título remunerado ou não;

XXXI - Produto Dietético: produto tecnicamente elaborado para atender às necessidades dietéticas de pessoas em condições fisiológicas especiais.

XXXII – Animais de Estimação: Os de valor afetivo, passíveis de coabitar com o homem;



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

XXXIII– Animais de uso Econômico: As espécies domesticadas, criadas, utilizadas ou destinadas à produção econômica;

XXXIV – Animais Soltos: Todo e qualquer animal errante encontrado sem qualquer processo de contenção;

XXXV - Cães Mordedores Viciosos: Os causadores de mordeduras a pessoas ou outros animais, em logradouros públicos de forma repetida;

XXXVI – Maus tratos: toda e qualquer ação voltada aos animais que implique em crueldade, especialmente em ausência de alimentação mínima necessária, excesso de peso de carga, tortura, uso de animais feridos, submissão a experiências pseudocientíficas e o que mais dispõe a legislação pertinente;

XXVII- Animais Selvagens: Os pertencentes às espécies não domésticas;

XXXIII – Fauna Exótica: Animais de espécies estrangeiras;

XII – Condições inadequadas: a manutenção de animais em contato direto ou indireto com outros animais portadores de doenças infecciosas ou zoonoses, ou, ainda, em alojamento de dimensões inapropriadas à sua espécie e porte;

XL - Animais Ungulados: Os mamíferos com os dedos revestidos de cascos.

CAPÍTULO III

DA VIGILÂNCIA DA SAÚDE E AMBIENTAL

Seção I

Da Atenção à Saúde

Art. 10. A Secretaria Municipal de Saúde de Morrinhos possuirá unidades de serviços básicos de saúde inter-relacionados com as unidades de maior complexidade, para onde poderão encaminhar, sob garantia de atendimento, paciente que necessita de cuidados especializados.

Art. 11. A Secretaria Municipal de Saúde de Morrinhos fará o controle e a avaliação da qualidade dos serviços de saúde prestados no âmbito do município, por entidades públicas, filantrópicas e privadas conveniadas com o SUS.



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

Art. 12. Os locais de atendimento de paciente, como consultórios, clínicas, hospitais, laboratórios, postos de saúde e as ambulâncias ou outros veículos utilizados para o transporte de pacientes por prestadores de serviços de saúde serão mantidos sempre em boas condições higiênicas e rigorosamente desinfetados de modo a impedir a transmissão de agentes patológicos e parasitário, se possível fazendo a desinfecção será imediata.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo, se aplica a todas unidades de saúde, odontológicas ou não, que possam transmitir qualquer tipo de infecção.

Art. 13. Os estabelecimentos de pronto-socorro deverão estar estruturados para atenderem às urgências e emergências, garantir todas as manobras de sustentação da vida e dar continuidade à assistência no local em outra unidade referenciada.

Art. 14. Serão adotadas medidas de atenção especial à criança, ao idoso, aos portadores de necessidades especiais.

Parágrafo único. No tocante à saúde mental, serão adotados procedimentos terapêuticos que visem à reintegração do paciente na família e na sociedade, dando-se prioridades às ações extra-hospitalares e usando como último recurso terapêutico à internação psiquiátrica.

Seção II

Da Vigilância Epidemiológica e Controle de Zoonoses

Art. 15. Entende-se por Vigilância Epidemiológica o conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou a prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar medidas de prevenção, controle e erradicação de doenças ou agravos.

Art. 16. Cabe à Secretaria Municipal de Saúde de Morrinhos por meio do Departamento competente, controlar as zoonoses em todo o território do Município, conforme a Lei Municipal de Zoonoses.

Seção III

Da Vigilância Sanitária

Art. 17. Entende-se por Vigilância Sanitária o conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde, e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde abrangendo:

I – o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo;

II – o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde;

III – o controle e avaliação das condições ambientais que possam indicar riscos e agravos potenciais à saúde.

Art. 18. A atuação do Sistema de Vigilância Sanitária, no âmbito municipal, dar-se-á de forma integrada com o Sistema de Vigilância Epidemiológica, compreendendo:

I – a proteção e manutenção da salubridade do ambiente e defesa do desenvolvimento sustentado;

II – a fiscalização de alimentos, água, bebidas para o consumo humano;

III – a fiscalização de medicamentos, equipamentos, produtos imunológicos e outros insumos de interesse para a saúde;

IV – a proteção do ambiente de trabalho e da saúde do trabalhador;

V – a execução dos serviços de atenção à saúde;

VI – a produção, transporte, distribuição, guarda, manuseio e utilização de outros bens, substâncias e produtos psicoativos e tóxicos;

§ 1º Os órgãos e autoridades do Poder Público, bem como qualquer pessoa, entidade de classe ou associação comunitária poderão solicitar as Autoridades Sanitárias à adoção de providências que satisfaçam o previsto nos incisos de I a VI.

§ 2º As atividades de Vigilância Epidemiológica, controle de endemias e Vigilância Sanitária na Secretaria Municipal de Saúde de Morrinhos são públicas e exercidas em articulação e integração com outros setores, dentre os quais os de saneamento básico, planejamento urbano, obras públicas, abastecimento e meio ambiente.



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

Seção IV

Da Fiscalização

Art. 19. A Vigilância Sanitária fiscalizará todos os estabelecimentos de serviços de saúde, de serviços de interesse da saúde, os ambientes de trabalho e outros ambientes que ofereçam riscos à saúde, desde que esteja dentro de sua competência, nos limites do território do município.

§ 1º A Autoridade Fiscal Sanitária terá livre ingresso, mediante as formalidades legais, em casas de diversão, em todas as habitações particulares ou coletivas, prédios ou estabelecimentos de qualquer espécie, terrenos cultivados ou não, lugares e logradouros públicos, neles fazer observar as leis e regulamentos que se destinam à promoção, proteção e recuperação da saúde, inclusive para investigação de inquérito instaurado em processo administrativo.

§ 2º As autoridades fiscais, observados os preceitos constitucionais, terão livre acesso a todos os locais sujeitos à legislação sanitária, a qualquer dia e hora, sendo as empresas obrigadas, por seus dirigentes ou prepostos, a prestar os esclarecimentos necessários ao desempenho de suas atribuições legais e a exibir, quando exigido, quaisquer documentos que digam respeito ao fiel cumprimento das normas de prevenção à saúde.

§ 3º Sem prejuízo da ação das autoridades fiscais sanitárias federais e estaduais e em consonância com a legislação pertinente, a autoridade sanitária municipal terá livre acesso a qualquer estabelecimento e ambientes citados neste artigo.

Art. 20. Os profissionais das equipes de Vigilância em Saúde, investidos nas suas funções fiscalizadoras, são competentes para fazer cumprir as leis e regulamentos sanitários, expedindo termos, autos de infração e de imposição de penalidades, referentes à prevenção e controle de tudo quanto possa comprometer a saúde.

Parágrafo único. O Secretário Municipal da Saúde, bem como o dirigente do órgão de Vigilância Sanitária, sempre que se tornar necessário, podem desempenhar funções de fiscalização, com as mesmas prerrogativas e atribuições conferidas por este Código às autoridades fiscalizadoras.



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

Art. 21. A toda situação em que a autoridade fiscal concluir pela existência de violação de preceito legal deve corresponder, sob pena de responsabilidade administrativa, a lavratura de auto de infração.

Art. 22. As penalidades aplicadas às infrações sanitárias previstas neste Código devem ser aplicadas sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis.

Art. 23. Nenhuma autoridade sanitária pode exercer as atribuições do seu cargo sem exhibir a credencial de identificação fiscal, devidamente autenticada, fornecida pela autoridade competente.

§ 1º Fica proibida a outorga de credencial de identificação fiscal a quem não esteja autorizado, em razão de cargo ou função, a exercer ou praticar, no âmbito da legislação sanitária, atos de fiscalização.

§ 2º A credencial a que se refere este artigo deve ser devolvida para inutilização, sob as penas da lei, em casos de provimento em outro cargo público, exoneração ou demissão, aposentadoria, bem como nos de licenciamento por prazo superior a 90 (noventa) dias e de suspensão do exercício do cargo.

§ 3º A relação das autoridades fiscais sanitárias deve ser publicada semestralmente pelas autoridades competentes, para fins de divulgação e conhecimento pelos interessados, ou em menor prazo, a critério da autoridade competente, e por ocasião de exclusão dos membros da equipe de vigilância sanitária.

CAPÍTULO IV

DOS LICENCIAMENTOS

Seção I

Do Alvará de Licença Sanitário e da Taxa de Vigilância Sanitária

Art. 24. Fica instituído o Alvará de Licença Sanitário Municipal e a Taxa de Vigilância Sanitária, cuja obtenção é compulsória para os estabelecimentos de serviços de saúde e de serviços de interesse da saúde.



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

§ 1º Para liberação do Alvará Sanitário Municipal a expedição da Taxa de Vigilância Sanitária será considerado o cumprimento das normas legais vigentes.

§ 2º O Alvará Sanitário Municipal deverá estar afixado em local visível do estabelecimento, e será renovável a cada mudança de endereço e atividade empresarial, sendo necessário para tal, requerimento protocolado na Vigilância Sanitária e comprovante de pagamento da taxa de liberação do Alvará prevista no anexo Único deste Código.

§ 3º Os processos de licenciamento e renovação de licenciamento obedecerão ao disposto no presente Capítulo, além das exigências contidas na legislação em vigor.

§ 4º Torna-se obrigatório o Alvará Sanitário Municipal e o recolhimento da Taxa de Vigilância Sanitária em todos os estabelecimentos reguladores, que não estão descritos neste código, mas que desenvolvam atividades que estejam suscetíveis à fiscalização por qualquer outro órgão da administração pública, ou que por sua natureza devam possuir Alvará de Autorização Sanitária e Licença de Funcionamento à ser renovada anualmente junto ao Setor Competente de Fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde.

§ 5º As entidades privadas, cujas atividades sejam potencialmente poluidoras, ao se instalarem no território do Município, deverão juntar cópia da licença ambiental como integrante da documentação exigida para obter o Alvará Sanitário.

Art. 25. Ficam sujeitos ao Alvará Sanitário Municipal e ao pagamento da Taxa de Licença de Funcionamento anual junto à Secretaria Municipal de Saúde todos os estabelecimentos que, pela natureza das atividades desenvolvidas, possam comprometer a proteção e a preservação da saúde pública individual ou coletiva.

Parágrafo único. A exigência de Alvará Sanitário, obedecerá às seguintes normas:

I – a concessão fica condicionada ao cumprimento de requisitos técnicos e à inspeção da vigilância sanitária;

II – serão inspecionados os ambientes internos e externos dos estabelecimentos, produtos, equipamentos, das instalações, máquinas, normas e suas rotinas técnicas;



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

III – cada estabelecimento e atividade terá Alvará Sanitário Municipal e Taxa de Vigilância Sanitária específica e independente, ainda que exista mais de um na mesma localidade, pertencente à mesma empresa.

Art. 26. A Taxa de Licença de Funcionamento Sanitário deverá ser renovada e paga anualmente, observadas as determinações da Secretaria de Finanças no que se refere ao ano fiscal.

§ 1º Para abertura de novos estabelecimentos, o valor referente à Taxa de Vigilância Sanitária será cobrado proporcionalmente ao número de meses restantes do ano em curso;

§ 2º A Taxa de Vigilância Sanitária vencerá sempre no dia 31 de março do ano subsequente.

§ 3º A autoridade sanitária deverá conceder a renovação da licença no prazo de 30 (trinta) dias, no caso do estabelecimento atender às exigências regulamentares, caso contrário, determinará a adoção das providências cabíveis.

§ 4º No caso de venda ou arrendamento de qualquer estabelecimento, deverá ser requerido, de imediato, novo Alvará Sanitário, ao adquirente ou arrendatário, a qual será expedida pelo órgão sanitário competente, após nova vistoria, na forma estabelecida nesta Lei, recolhendo a Licença (Alvará) anterior à secretaria Municipal de Saúde e, a Taxa de Vigilância Sanitária será cobrada proporcionalmente aos meses faltantes.

§ 5º As empresas responsáveis por estabelecimentos que possuam o Alvará, durante as fases de processamento de transação comercial, devem notificar aos interessados da compra ou arrendamento a situação em que se encontram, em face das exigências deste Código.

§ 6º Enquanto não se efetuar o competente pedido de baixa e devolução do Alvará Sanitário, à prefeitura, continua responsável pelas irregularidades que se verifiquem no estabelecimento, a firma ou empresa, em nome da qual esteja o Alvará e, podendo a Fazenda Municipal acionar solidariamente quem detenha a posse do estabelecimento, tornando-se responsável pelas obrigações assumidas.

§ 7º Adquirido o estabelecimento por compra ou arrendamento dos imóveis respectivos, a nova empresa é obrigada a cumprir todas as exigências sanitárias formuladas ao anterior responsável, em prejuízo de outras que venham a ser determinadas.



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

Art. 27. Os Alvarás Sanitários poderão ser suspensos, cassados ou cancelados no interesse da Saúde Pública, mediante despacho fundamentado da autoridade competente, assegurado o direito de defesa, em processo administrativo, instaurado pelo órgão sanitário.

Art. 28. Os estabelecimentos que deixarem de funcionar por mais de 120 (cento e vinte) dias, sem comunicação ao órgão sanitário competente, deverão ter suas licenças canceladas.

Art. 29. Os estabelecimentos, solicitantes de Licença de Funcionamento Sanitário que, após três visitas consecutivas da autoridade sanitária permanecerem fechados, deverão ter os respectivos processos indeferidos, fazendo-se necessário dar entrada em nova solicitação de licenciamento, instruída com nova documentação.

Art. 30. A transferência da propriedade e alteração da Razão Social ou do nome do estabelecimento não interromperá o prazo de validade da licença, desde que haja comunicação das alterações e apresentação dos atos que as comprovem, para a devida averbação.

Art. 31. A mudança do estabelecimento para local diverso do previsto no licenciamento dependerá de licença prévia do órgão sanitário competente e do atendimento das normas exigidas para o licenciamento.

Art. 32. O Alvará Sanitário tem caráter revogável caso o estabelecimento deixe de cumprir as normas vigentes e se oponham a sanar as irregularidades encontradas em inspeções periódicas.

Seção II

Das Taxas De Licença Sanitária

Art. 33. A Taxa de licença sanitária tem como fato gerador o “Poder de Polícia” da Administração, à concessão de licença obrigatória para o exercício de qualquer atividade que esteja sujeita a inspeção ou fiscalização periódica do cumprimento das normas de vigilância sanitária Municipal.

Parágrafo Único. O Alvará Sanitário será único durante o exercício de uma atividade em um determinado estabelecimento, pago mediante a taxa de expediente, em função do serviço burocrático concedido ao interessado, no momento da concessão, distinto da Taxa de Licença Sanitária que será paga anualmente, devido a fiscalização a ser realizada.



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

Art. 34. Sujeito Passivo da taxa é o comerciante, o industrial, o prestador de serviços, o feirante e ambulantes, estabelecidos ou não, enquadrados na Tabela 1 do Anexo I, deste Código.

§ 1º A taxa de Vigilância Sanitária será calculada de acordo com a tabela 1 do Anexo I, desta Lei.

§ 2º Além da Taxa de Vigilância Sanitária, a Secretaria Municipal de Saúde, poderá cobrar as taxas de expedientes e serviços diversos, que terão como fato gerador à prestação de serviços públicos e divisíveis, prestados a quem os requerer, sujeito passivo ou contribuinte e será calculado na forma da Tabela II anexa a esta Lei, e dela integrante.

CAPÍTULO V

DA SAÚDE E HIGIENE PÚBLICA

Art. 35. É de responsabilidade do poder público a coleta, o transporte e a destinação final dos resíduos sólidos em condições que não representem riscos ao meio ambiente e a saúde individual ou coletiva.

§ 1º Não poderá ser o lixo utilizado quando "in natura" para alimentação de animais.

§ 2º O lixo não poderá ser depositado sobre o solo.

§ 3º O lixo não poderá ser incinerado ao ar livre.

§ 4º Não poderá o lixo ser lançado em águas de superfície.

Art. 36. Serão considerados lixos especiais àqueles que, por sua constituição, apresentem riscos maiores à população, e serão assim definidos:

I - Lixos Hospitalares;

II - Lixos de laboratórios de análises clínicas e patológicas;

III - Lixos de farmácias e drogarias;

IV - Lixos químicos;

V - Lixos radioativos;



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

VI - Lixos de clínicas e hospitais veterinários;

VII – Lixos odontológicos.

Parágrafo único. O acondicionamento, coleta e destinação final do lixo obedecerá, às normas estabelecidas pela ANVISA, ou órgão competente.

CAPÍTULO VI

DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 37. Todo estabelecimento ou local destinado à produção, fabricação, preparo, beneficiamento, manipulação, acondicionamento, armazenamento, depósito e vendas de alimentos e os outros estabelecimentos de interesse à saúde deverão possuir:

I – alvará de Licença Sanitária;

II – água corrente potável;

III – pisos com inclinação para escoamento de água;

IV – ralos no piso com tampa;

V – ventilação e iluminação adequadas;

VI – pias e lavabos com sifão e caixa sifonada;

VII – recipientes com tampa para lixo;

VIII – vasilhames de material inócuo;

IX – utensílios descartáveis ou esterilizados;

X – câmaras frias;

XI – perfeita limpeza e higienização;

XII – pessoal devidamente paramentado;

XIII – instalações sanitárias em número suficiente ao de usuários;

XIV – portas, janelas e telados.

Art. 38. As mercadorias a serem comercializadas dentro do estabelecimento deverão a uma disposição correta e ainda:



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

- I – os produtos químicos deverão estar separados dos produtos alimentícios;
- II – os alimentos vendidos a granel deverão estar devidamente acondicionados em recipientes com tampa, identificados com nome, data de fabricação e validade do produto;
- III – as sacarias deverão estar depositados sobre estrados de madeira com pelo menos 20 cm de altura e afastadas da parede a uma distância nunca inferior a 30 cm;
- IV – os alimentos expostos sem embalagem, tais como pães, biscoitos, salgados, doces, etc, deverão ser dispostos dentro de vitrines adequadas fechadas utilizando-se para retirá-las, o pegador de aço inoxidável, ou usar luvas descartáveis;
- V – as mercadorias refrigeradas deverão estar dispostas adequadamente, sem acúmulo excessivo, permitindo a perfeita circulação do frio.
- VI - Também deverá ser usado um aparelho para cada tipo ou variedade de alimento, com a presença de termômetro em local visível ao público em cada refrigerador;
- VII – os produtos deverão estar dentro do prazo de validade que deverá estar estampado nos rótulos;
- VIII – só é permitida a venda de produtos de origem declarada, seja com Inspeção Federal, Estadual ou Municipal, ou ainda produtos artesanais e caseiros.

Art. 39. Não será permitida a conservação no estabelecimento de resto ou porções de alimentos ou produtos deterioráveis.

Art. 40. Toda pessoa que lidar direta ou indiretamente com gêneros alimentícios, ou ainda desempenhar atividades em barbearia, cantinas ou em qualquer estabelecimento passível de fiscalização, fica obrigada a possuir exame médico expedido anualmente, dentro das normas requeridas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 41. A paramentação exigida para pessoas que desempenham atividades nos referidos estabelecimentos deve ser:

- I – utilização de jalecos de cor clara, limpos e conservados, devendo estar sempre abotoados.
- II – uso obrigatório de gorro ou boné.



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

III – cabelos, barbas e unhas deverão apresentar-se devidamente aparados.

Art. 42. Todos os estabelecimentos produtores deverão possuir e apresentar à autoridade sanitária competente, normas de boas práticas de produção e de controle da qualidade dos produtos.

Art. 43. Os estabelecimentos de hospedagem (hotéis, motéis, pensões e correlatos) deverão manter roupas de cama e banho desinfetadas e/ou esterilizadas através da utilização de produtos e métodos aprovados pela Vigilância Sanitária.

Art. 44. Os motéis manterão a disposição dos usuários preservativos e materiais informativos destinados à prevenção das doenças sexualmente transmissíveis.

Art. 45. Os institutos de beleza, barbearias e congêneres deverão manter todo o instrumental perfuro cortante e utensílios, assim como a roupa que entra em contato direto com os usuários de trabalhadores, desinfetados e ou esterilizados, com presença de estufa ou autoclave no local da atividade.

Art. 46. As casas de diversão, cinemas, clubes recreativos e congêneres terão aeração natural e/ou artificial, suficiente a sua capacidade máxima de lotação.

Art. 47. As academias de natação, ginástica e estabelecimentos similares deverão manter, como responsáveis técnicos, profissionais registrados em conselhos de classe ou instituições afins.

Art. 48. As creches, lactários, asilos, escolinhas e similares, deverão manter pessoas somente em número adequado às suas instalações, de acordo com as normas vigentes.

Art. 49. As piscinas de uso coletivo ou destinadas ao ensino e treinamento de práticas esportivas serão mantidas em condições higiênico-sanitárias satisfatórias e suas águas dentro de padrões físico-químicos adotados internacionalmente.

Art. 50. Os terminais rodoviários terão ações da Vigilância Sanitária e Epidemiológica, no sentido de prevenir possíveis doenças contagiosas oriundas de áreas de risco.

Art. 51. As empresas de beneficiamento de produtos de origem animal deverão seguir normas técnicas estabelecidas pela autoridade sanitária competente.



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

Art. 52. As empresas de desratização, dedetização, desinfetação e imunização de ambientes privados ou públicos deverão ter responsável técnico, de acordo com as normas vigentes, e também seguir a normatização já existente para o uso racional de inseticidas e defensivo.

CAPÍTULO VII

DAS INFRAÇÕES SANITÁRIAS

Seção I

Normas Gerais

Art. 53. Considera-se infração, para os fins desta lei, a desobediência ou a inobservância ao disposto nas normas legais regulamentares, que se destinem à promoção, preservação e recuperação da saúde.

Art. 54. Responde pela infração quem, por ação ou omissão, lhe deu causa ou concorreu para sua prática ou dela se beneficiou.

Art. 55. Excluir a imputação de infração a causa decorrente de força maior ou proveniente de eventos naturais ou circunstâncias imprevisíveis, que lhe causar qualquer alteração em produtos ou bens de interesse da saúde pública.

Art. 56. As infrações de natureza sanitária serão punidas administrativamente com uma ou mais das penalidades seguintes, sem prejuízo das sanções penais e civis cabíveis:

I - advertência;

II - pena educativa;

III - multa de 50 UFMa 10.000 UFM;

IV - apreensão de produtos, equipamentos, utensílios e recipientes;

V - apreensão de animal;

VI - interdição de produtos, equipamentos, utensílios e recipientes;

VII - inutilização de produtos, equipamentos, utensílios e recipientes;

VIII - suspensão de venda de produto;



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

IX - suspensão de fabricação de produto;

X - interdição parcial ou total do estabelecimento, seções, dependências e veículos;

XI - proibição de propaganda;

XII - cancelamento de autorização para funcionamento de empresa;

XIII - cancelamento do cadastro do estabelecimento e do veículo;

XIV - intervenção.

§ 1º A penalidade de multa terá como referência a Unidade Fiscal do Município de Morrinhos - UFM, constante do Código Tributário Municipal.

§ 2º No caso de reincidência, as penalidades de caráter pecuniário serão aplicadas em dobro.

Art. 57. As infrações sanitárias, para efeitos desta lei, são classificadas em:

I – leves, quando for verificada a ocorrência de circunstância atenuante;

II – graves, quando for verificada a ocorrência de uma circunstância agravante;

III – gravíssimas, quando for verificada a ocorrência de duas ou mais circunstâncias agravantes.

Art. 58. Para imposição de pena e sua graduação, a autoridade sanitária levará em conta:

I – as circunstâncias atenuantes e agravantes;

II – a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para a saúde pública;

III – os antecedentes do infrator quanto às normas sanitárias.

Art. 59. São circunstâncias atenuantes:

I – não ter sido a ação do infrator fundamental para a ocorrência do evento;

II – procurar o infrator, por espontânea vontade, reparar ou minorar as consequências do ato lesivo à saúde pública que lhe tiver sido imputado;

III – ser primário o infrator e não haver o concurso de agravantes.

Art. 60. São circunstâncias agravantes:



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

I – ser reincidente o infrator;

II – ter o infrator cometido à infração para obter vantagem pecuniária decorrente do consumo, pelo público, de produto elaborado em desacordo com o disposto na legislação sanitária;

III – coagir outrem para a execução material da infração;

IV – ter a infração consequências calamitosas para a saúde pública;

V – deixar o infrator, tendo conhecimento de ato lesivo à saúde pública, de tomar as providências de sua alçada tendentes a evitá-lo;

VI – ter o infrator agido com dolo, fraude ou má-fé.

§ 1º A reincidência torna o infrator passível de enquadramento na penalidade de máxima, e a infração será caracterizada como gravíssima.

§ 2º A infração de normas legais sobre o controle da infecção hospitalar será considerada de natureza gravíssima.

Art. 61. Havendo concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, a aplicação da pena será considerada em razão das que sejam preponderantes.

Art. 62. A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração e a condição econômica do infrator, será aplicada mediante procedimento administrativo, e o valor da multa será recolhido à conta do Fundo Municipal de Saúde de Morrinhos.

§ 1º O valor da multa de que trata o "caput" deste artigo será:

I – nas infrações leves, de 50 a 3.000 UFM;

II – nas infrações graves, de 3.001 a 50.000 UFM;

III – nas infrações gravíssimas, de 50.001 a 100.000 UFM.

§ 2º Em caso de extinção da UFM, o valor da multa será corrigido pelo índice que vier a substituí-la.

§ 3º A multa não paga no prazo legal será inscrita em dívida ativa do Município, e seu valor será atualizado pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) ou qualquer outro índice oficial que venha a substituí-lo.



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

Art. 63. A medida de interdição cautelar será aplicada em estabelecimento ou produto, quando for constatado indício de infração sanitária em que haja risco para a saúde da população.

§ 1º A medida de interdição cautelar, total ou parcial, do estabelecimento ou do produto terá como duração o tempo julgado necessário pela autoridade sanitária para que cesse o risco aludido no "caput" deste artigo, não podendo exceder o período de 180 (cento e oitenta) dias. E poderá, mediante processo administrativo, tornar-se definitiva.

§ 2º A interdição cautelar do estabelecimento perdurará até que sejam sanadas as irregularidades objeto da ação finalizadora.

§ 3º A intervenção e a nomeação do interventor dos estabelecimentos apenados competem ao Secretário Municipal da Saúde, vedada a nomeação do então dirigente, sócios ou responsáveis técnicos, seus cônjuges e parentes até segundo grau.

Art. 64. A penalidade de interdição será aplicada de imediato, sempre que o risco à saúde da população o justificar, nas seguintes modalidades:

- I - cautelar;
- II - por tempo determinado;
- III - definitiva.

Art. 65. A pena educativa consiste na:

I – divulgação, a expensas do infrator, de medidas adotadas para sanar os prejuízos provocados pela infração, com vistas a esclarecer o consumidor de produto ou o usuário de serviço;

II – reciclagem dos dirigentes técnicos e dos empregados, a expensas do estabelecimento;

III – veiculação, pelo estabelecimento, das mensagens expedidas pelo SUS acerca do tema objeto da sanção, a expensas do infrator.

Art. 66. Quando o infrator for integrante da administração pública, direta ou indireta, a autoridade sanitária notificará o superior imediato do infrator e, se não forem tomadas às



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

providências para cessação da infração no prazo estipulado, comunicará o fato ao Ministério Público, com cópia do processo administrativo instaurado para a apuração do ocorrido.

Art. 67. A autoridade sanitária competente, após verificar a ocorrência da infração e aplicar a sanção cabível mediante processo administrativo, comunicará o fato formalmente ao conselho de classe correspondente.

Art. 68. As infrações às disposições legais e regulamentares de ordem sanitária prescrevem em cinco anos.

§ 1º A prescrição se interrompe pela notificação ou por outro ato da autoridade competente que objetive a apuração da infração e a consequente imposição de pena.

§ 2º Não corre o prazo prescricional enquanto houver processo administrativo pendente de decisão.

Seção II

Das Infrações Sanitárias e Penalidades

Art. 69. São infrações sanitárias:

I – construir, instalar ou fazer funcionar, laboratórios de produção de medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, produtos higiênicos, dietéticos, correlatos, ou quaisquer outros estabelecimentos que fabriquem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalagens, saneantes e demais produtos que interessem à saúde pública, sem registro, licença e autorização do órgão sanitário competente ou contrariando as normas legais pertinentes, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;
- d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- e) multa.

II – construir, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos de serviços de saúde ou organizações afins, que se dediquem à promoção, proteção e recuperação da saúde, sem



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

licença do órgão sanitário competente ou contrariando normas legais e regulamentares pertinentes, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;
- d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- e) multa.

II – instalar estabelecimentos de serviços de saúde ou explorar atividades comerciais, industriais ou filantrópicas, com a participação de agentes que exerçam profissões ou ocupações técnicas ou auxiliares relacionadas com a saúde, sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto nas demais normas legais e regulamentares pertinentes, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;
- d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- e) multa.

IV– instalar ou fazer funcionar estabelecimento de serviço de interesse da saúde sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando normas legais e regulamentares pertinentes, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;
- d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- e) multa.



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

V – extrair, produzir, fabricar, transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, transportar, comprar, vender, ceder ou usar alimentos, produtos alimentícios, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, dietéticos, de higiene, cosméticos, correlatos, embalagens, saneantes, utensílios e aparelhos que interessem a saúde pública ou individual sem registro, licença ou autorizações do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) apreensão do produto;
- d) inutilização do produto;
- e) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;
- f) cancelamento do registro do produto;
- g) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- h) multa.

VI – deixar aquele que tiver o dever legal de fazê-lo, de notificar doença transmissível e agravos ao homem, como o disposto nas normas legais, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- d) multa.

VII – impedir ou notificar a aplicação de medidas sanitárias relativas às doenças transmissíveis e ao sacrifício de animais domésticos considerados nocivos pelas autoridades sanitárias competentes, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

c) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;

d) multa.

VIII – opor-se à exigência de provas imunológicas ou à sua execução pelas autoridades sanitárias competentes, o que sujeita o infrator à pena de:

a) advertência;

b) pena educativa;

c) multa.

IX – obstar, impedir ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades sanitárias competentes, no exercício de suas funções, o que sujeita o infrator à pena de:

a) advertência;

b) pena educativa;

c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;

d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;

e) multa.

X – desobedecer, desrespeitar ou desacatar a autoridade sanitária competente no exercício de suas funções, o que sujeita o infrator à pena de:

a) advertência;

b) pena educativa;

c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;

d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;

e) multa.

XI – prescrever receituário, prontuário e assemelhados de naturezas médicas, odontológicas ou veterinárias em desacordo com a legislação e as normas vigentes, o que sujeita o infrator à pena de:

a) advertência;



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

b) pena educativa;

c) multa.

XII – aviar receita em desacordo com prescrições médicas, veterinárias ou odontológicas ou com determinações expressas de lei e normas regulamentares, o que sujeita o infrator à pena de:

a) advertência;

b) pena educativa;

c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;

d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;

e) multa.

XIII – fornecer, vender ou praticar atos de comércio em relação a medicamentos, drogas e correlatos cuja venda e uso dependam de prescrição médica, sem observância dessa exigência e contrariando as normas legais e regulamentares, o que sujeita o infrator à pena de:

a) advertência;

b) pena educativa;

c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;

d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;

e) multa.

XIV – proceder à coleta, processamento e utilização de sangue e hemoderivados ou desenvolver outras atividades hemoterápicas, contrariando normas legais e regulamentares, o que sujeita o infrator à pena de:

a) advertência;

b) pena educativa;

c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;

d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

e) multa.

XV – comercializar sangue e seus derivados, placentas, órgãos, glândulas ou hormônios, bem como quaisquer substâncias ou parte do corpo humano, ou utilizá-los contrariando as disposições legais e regulamentares, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;
- d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- e) multa.

XVI – rotular alimentos e bebidas, bem como medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, dietéticos, produtos de higiene, cosméticos, perfumes, correlatos, saneantes, de correção estética e quaisquer outros, contrariando as normas legais e regulamentares, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) apreensão do produto;
- d) inutilização do produto;
- e) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;
- f) cancelamento do registro do produto;
- g) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- h) multa.

XVII – alterar o processo de fabricação de produtos sujeitos a controle sanitário, modificar os seus componentes básicos, nome e demais elementos objetos do registro sem a necessária autorização do órgão sanitário competente, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

- c) apreensão do produto;
- d) inutilização do produto;
- e) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;
- f) cancelamento do registro do produto;
- g) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- h) multa.

XVIII – reaproveitar vasilhames de saneantes, seus congêneres e de outros produtos capazes de serem nocivos à saúde, no envasilhamento de alimentos, bebidas, refrigerantes, produtos dietéticos, medicamentos, drogas, produtos de higiene, cosméticos e perfumes, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) apreensão do produto;
- d) inutilização do produto;
- e) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;
- f) cancelamento do registro do produto;
- g) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- h) multa.

XIX – expor a venda ou entregar ao consumo produtos cujo prazo de validade tenha expirado, ou opor-lhe novas datas, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) apreensão do produto;
- d) inutilização do produto;
- e) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

- f) cancelamento do registro do produto;
- g) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- h) multa.

XX – industrializar produtos de interesse sanitário, tais como cremes, molhos, maioneses, sem a assistência de responsável técnico e conforme determinação de normas específicas, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;
- d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- e) multa.

XXI – comercializar produtos que exijam cuidados especiais de conservação, preparação, expedição ou transporte, sem observância das condições necessárias à sua preparação, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;
- d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- e) multa.

XXII – aplicação por empresas de desratização, desinsetização, desinfestação e imunização de ambientes, de produtos e/ou métodos contrariando as indicações a normas técnicas, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;

e) multa.

XXIII – fornecer produtos e serviços potencialmente nocivos ou perigosos à saúde ou segurança do indivíduo, meio ambiente ou da coletividade, sem informação adequada a respeito de sua nocividade ou periculosidade, o que sujeita o infrator à pena de:

a) advertência;

b) pena educativa;

c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;

d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;

e) multa.

XXIV – extrair, produzir, fabricar, transformar, preparar, manipular, purificar, embalar ou reembalar, transportar ou utilizar produto ou resíduo perigoso, tóxico, explosivo, inflamável, corrosivo, emissor de radiações ionizantes, entre outros, contrariando a legislação em vigor, o que sujeita o infrator à pena de:

a) advertência;

b) pena educativa;

c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;

d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;

e) multa.

XXV – manter condição de trabalho que ofereça risco para a saúde do trabalhador, o que sujeita o infrator à pena de:

a) advertência;

b) pena educativa;

c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;

d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

e) multa.

XXVI – fabricar, operar ou comercializar máquina ou equipamento em condições que ofereçam risco à saúde de trabalhador, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;
- d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- e) multa.

XXVII – descumprir normas legais e regulamentares, medidas, formalidades e outras exigências sanitárias pelas empresas de transporte, seus agentes e consignatários, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;
- d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- e) multa.

XXVIII – inobservância das exigências sanitárias relativas a imóveis, pelos seus proprietários, ou por quem detenha legalmente sua posse, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;
- d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- e) multa.



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

XXIX – manter condições, nos imóveis e estabelecimentos comerciais e industriais que contribuam para a proliferação de roedores, vetores e animais sinantrópicos que ofereçam risco à saúde, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;
- d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- e) multa.

XXX – proceder ao transporte e à destinação final de resíduos de forma inadequada, que ofereça riscos à saúde ou meio ambientes, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- d) multa.

XXXI – manter animal doméstico no estabelecimento, colocando em risco a sanidade dos produtos de interesse da saúde ou comprometendo a higiene e limpeza do local, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;
- b) pena educativa;
- c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;
- d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- e) multa.

XXXII – manter criação de suínos, na zona urbana do município, o que sujeita o infrator à pena de:

- a) advertência;



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

b) pena educativa;

c) apreensão do animal;

d) multa.

XXXIII – exercer profissões e ocupações relacionadas com a saúde sem a necessária habilitação legal, o que sujeita o infrator à pena de:

a) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;

b) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;

c) multa.

XXXIV – proceder à destinação e utilização de cadáveres contrariando as normas sanitárias pertinentes, o que sujeita o infrator à pena de:

a) advertência;

b) pena educativa;

c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;

d) multa.

XXXV – transgredir outras normas legais e regulamentares destinadas à proteção da saúde, o que sujeita o infrator à pena de:

a) advertência;

b) pena educativa;

c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;

d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;

e) multa.

XXXVI – descumprir atos emanados das autoridades sanitárias competentes visando à aplicação da legislação pertinente, o que sujeita o infrator à pena de:

a) advertência;

b) pena educativa;



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

- c) interdição total ou parcial do estabelecimento, da atividade e do produto;
- d) cancelamento do Alvará de Licença Sanitária;
- e) multa.

Parágrafo Único. A multa a que se refere este artigo é pecuniária, e será calculada com base na Tabela 1 do Anexo I desta Lei.

Seção III

Do Procedimento Administrativo

Art. 70. A Secretaria Municipal de Saúde poderá impor condicionamentos administrativos ao exercício de direitos individuais e coletivos, sobre as modalidades de limites, encargos e sujeições.

Art. 71. As infrações de natureza sanitária desta lei serão apuradas em processo administrativo, iniciado com a Lavratura do Auto de Infração, e punidas com aplicação isolada ou cumulativa das penas cabíveis.

Art. 72. Instaurado o processo administrativo sanitário, fica assegurado ao infrator o contraditório e ampla defesa, com meios e recursos a ele inerentes.

Art. 73. As impugnações só terão efeitos suspensivos quando se tratar de imposição de penalidade pecuniária.

Art. 74. O infrator poderá apresentar impugnação contra todos os Autos descritos nesta lei, no prazo de 20 dias, excetuando o Auto de Colheita de Amostras, que obedecerá aos prazos estabelecidos para o procedimento de análises.

Art. 75. O prazo para impugnação do Termo de Intimação vencerá no término fixado pelo agente fiscalizador.

Art. 76. As impugnações acima citadas serão julgadas, depois de ouvido o agente fiscalizador que fundamentará sem prear pela manutenção parcial ou total do Autos eternos ou pelo indeferimento parcial ou total dos referidos termos.



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

Subseção I

Do Termo de Intimação

Art. 77. Poderá ser lavrado o Termo de Intimação, após o vencimento do prazo concedido no Termo de Notificação, caso as irregularidades não tenham sido sanadas.

Art. 78. O Termo de Intimação lavrado em 03 vias, segundo o modelo já existente da Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º Na impossibilidade de dar conhecimento diretamente ao intimado da lavratura do termo de intimação, este deverá ser feito através de carta registrada, ou publicação pela imprensa com verificação efetiva após 10 dias.

§ 2º Em caso de recusa, deverá constar a consignação dessa circunstância e a assinatura por 2 testemunhas se possível.

Subseção II

Do Auto de Infração

Art. 79. O auto de infração será lavrado em 03 (três vias), devidamente numeradas e destinando-se: a primeira via para o autuado, a segunda via para o processo, e a terceira via ao agente fiscalizador, contendo:

I – Nome da pessoa física, ou razão social ou denominação da entidade autuada, ramo de atividade e endereço completo;

II - fato constitutivo da infração, local, data e hora;

III - disposição legal ou regulamentar transgredida;

IV - penalidade cabível pela transgressão;

V - prazo de 20 (vinte) dias para impugnação do auto de infração;

VI - nome e cargo das autoridades autuadas e assinatura;

VII - assinatura do autuado, ou do representante legal, e ou caso de recusa, a consignação dessa circunstância e a assinatura de 2 testemunhas, se possível.



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

Parágrafo único. Na impossibilidade de ser dado conhecimento diretamente ao interessado, este deverá ser cientificado por meio de carta registrada com aviso de recebimento ou edital publicado pela Imprensa ou Edital afixado no Prédio da Prefeitura Municipal.

Subseção III

Do Auto de Apreensão e Depósito

Art. 80. Na industrialização ou comercialização de produtos e utensílios de interesse da saúde, que não atendam ao disposto nesta lei, deverá ser lavrado Auto de Apreensão e Depósito para as averiguações necessárias.

Parágrafo único. O auto de apreensão e Depósito será lavrado em 03 (três) vias e deverá conter:

I – razão social, denominação e endereço completo;

II – o dispositivo legal utilizado no ato;

III – descrição do produto: nome marca, quantidade e qualidade;

IV – identificação do depositário fiel, que deverá ter procedimento próprio;

V – prazo de 03 (três) dias para impugnação, exceto quando ocorrer análise fiscal que deverá ter procedimento próprio;

VI – nome e cargo da autoridade autuante, com assinatura;

VII – assinatura do responsável, sem representante legal, e em caso de recusa, o motivo e assinatura de 02 testemunhas, se possível.

Subseção IV

Do Auto de Colheita e Amostra

Art. 81. O Auto de Colheita de Amostra será lavrado em 03 (três) vias numeradas, contendo:

I – razão social, denominação e endereço completo;

II – dispositivo legal utilizado;



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

III – descrição do produto, nome, marca, quantidade e qualidade;

IV – nome e cargo da autoridade autuante e assinatura;

V – assinatura do responsável ou do representante legal, e em caso de recusa, o motivo e a assinatura de 02 (duas) testemunhas quando possível.

Subseção V

Do Auto de Apreensão e Inutilização

Art. 82. O Auto de Apreensão e Inutilização será lavrado em 03 (três) vias, contendo:

I – razão social, denominação e endereço completo da entidade autuada;

II – dispositivo legal utilizado;

III – descrição do produto;

IV – destino que será dado ao produto;

V – nome, cargo e assinatura da autoridade contratante;

VI – assinatura do responsável ou do representante e em caso de recusa, o motivo e assinatura de duas testemunhas, quando possível.

Art. 83. O auto de Apreensão será lavrado e poderá culminar em inutilização de produtos, utensílios, vasilhames, instrumentos, equipamentos, diversos e outros, quando:

I – não atenderem às especificações de registro e rotulagem;

II – estiverem em desacordo com padrões de identidade e qualidade, após confirmação por laudo técnico serem considerados impróprios para o consumo;

III – o estado de conservação e a guarda de envoltórios, utensílios, vasilhames, instrumentos e equipamentos diversos estejam impróprios para os fins que se destinam;

IV – em detrimento da saúde pública, o agente fiscalizador constatar infringência às condições relativas aos produtos dispostos nesta lei;

V – em situações previstas por atos administrativos da Secretaria Municipal de Saúde, devidamente publicadas pela imprensa;



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

Parágrafo único. Os produtos citados no artigo anterior, por ato administrativo de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, deverão, após a sua apreensão:

I – ser encaminhados, para fins de inutilização, em local apropriado para tal, ou ainda, serem inutilizados no próprio estabelecimento, as expensas do proprietário do material a ser inutilizado.

II – quando for caso, nomear o proprietário como depositário fiel do objeto fruto da apreensão, até que seja dada solução definitiva ao seu destino.

III – ser devolvidos ao seu legítimo proprietário ou representante legal, impondo-lhe multa.

IV – em caso de reincidência fica expressamente proibida a devolução dos produtos apreendidos e a multa será em dobro.

V – se mediante Laudo Técnico for comprovado boas condições higiênico-sanitárias dos produtos, estes poderão ser doados a instituições públicas ou privadas, desde que beneficentes, de caridade ou filantrópicas.

Subseção VI

Do Termo de Interdição

Art. 84. O Termo de Interdição será lavrado em 03 (três) vias, e deverá conter todos os itens descritos nos artigos anteriores, acrescentando-se Medida Sanitária, ou no caso de obras, indicação do serviço a ser realizado.

Subseção VII

Do Recurso e Julgamento

Art. 85. O infrator poderá oferecer defesa escrita ao Auto de Infração no prazo de 20 (dias) dias, contados da sua ciência pessoal ou via carta registrada com Aviso de Recebimento (AR) ou por edital.

Art. 86. Caberá ao Secretário Municipal de Saúde, decidir em 1ª (primeira) instância administrativa, os processos relativos às infrações sanitárias, bem como os atos administrativos referentes à matéria sanitária.



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

§ 1º A decisão de primeira instância a que se refere este artigo será proferida pelo Secretário Municipal de Saúde, depois de ouvido o Agente Fiscal que, após relato dos fatos, opinará de forma fundamentada pela manutenção total ou parcial do Auto.

§ 2º O recebimento da defesa terá efeito suspensivo quando da imposição de penalidade pecuniária.

§ 3º Da decisão de Primeira Instância, caberá recurso voluntário à Segunda Instância, dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados da ciência da intimação.

§ 4º O infrator será intimado de todos os atos praticados no processo administrativo, pessoalmente ou através de carta registrada com Aviso de Recebimento (AR), ou através de publicação, salvo quando revel.

Art. 87. Decorridos o prazo de defesa, sem que o contribuinte a tenha apresentado, será ele considerado revel, proferindo a autoridade de primeira instância julgamento de imediato.

Parágrafo único. Da decisão proferida em processo julgado à revelia em primeira instância, caberá recurso para exame exclusivamente de matéria relativa ao direito, sendo defeso apreciação de fato preexistente ao julgamento de primeira instância.

Art. 88. Indeferida a defesa, o infrator poderá recorrer à Junta de Recursos Administrativos da Vigilância Sanitária em segunda instância, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da intimação da decisão.

Art. 89. Ofertado recurso, os autos subirão à Junta de Recursos Administrativos da Vigilância Sanitária somente depois de ouvido o Agente Fiscal atuante, que em contrarrazões, manifestará acerca do recurso.

Art. 90. A autoridade de primeira instância recorrerá de ofício, sempre que a decisão exonerar o contribuinte do pagamento de pena pecuniária igual ou superior a 20 (vinte) UFM.

Parágrafo único. Em se tratando de produtos apreendidos, cuja devolução seja condicionada a imposição de pena pecuniária, havendo redução desta pela autoridade de primeira instância em valores acima do previsto no *caput* deste artigo, a guia para pagamento, bem como o produto apreendido só poderão ser liberados ao contribuinte depois de confirmada a decisão pela Junta de Recursos em Segunda Instância.



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

Art. 91. Após o trânsito em julgado da decisão administrativa denegatória, sem que haja pagamento da pena pecuniária, o processo será enviado ao órgão municipal competente para as providências legais cabíveis.

Art. 92. O ato de examinar, julgar e decidir em 2º (segunda) instância, sobre os recursos relativos às decisões em 1º (primeira) instância, bem como os atos administrativos referentes à matéria sanitária, é incumbência da Junta de Recursos Administrativos da Vigilância Sanitária.

Art. 93. Fica criada a Junta de Recursos Administrativos da Vigilância Sanitária, que processará em 2º (segunda) instância e julgará os processos administrativos oriundos dos autos de infração de que trata essa lei.

Parágrafo único. A Junta de Recursos Administrativos da Vigilância Sanitária funcionará de acordo com seu Regimento Interno, que será regulamentado por ato do chefe do Poder Executivo.

Art. 94. Caberá a junta de recursos da saúde, encaminhar ao Ministério Público os fatos circunstanciados referentes às infrações sanitárias para as devidas providências.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 95. A autoridade sanitária deve solicitar proteção policial sempre que essa se fizer necessária ao cumprimento dos dispositivos legais vigentes.

Art. 96. O disposto neste Código deverá, na sua aplicação, ser compatibilizado com a legislação sanitária correlata vigente, prevalecendo sempre os parâmetros legais e técnico científicos de proteção, promoção e preservação da saúde.

Art. 97. Na ausência de norma legal específica, prevista neste Código e nos demais diplomas federais e estaduais vigentes, a autoridade sanitária, fundamentada em documentos técnicos reconhecidos pela comunidade científica, poderá fazer exigências que assegurem o cumprimento do artigo 2º desta lei.

Art. 98. As infrações às disposições deste Código prescreverão em 5 (cinco) anos.



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

§ 1º A prescrição interromper-se-á pela notificação ou qualquer outro ato da autoridade sanitária que objetive a sua apuração e consequente imposição de penalidade.

§ 2º Não corre prazo prescricional enquanto houver processo administrativo pendente de decisão.

Art. 99. Na impugnação e interposição de recursos relacionados aos procedimentos a que se refere esta Lei, quando não expressos nela, aplicam-se às mesmas disposições contidas no processo Administrativo Tributário, no que diz respeito à formação do processo, formas, prazos e julgamentos nessas adotados.

Parágrafo único. São consideradas autoridades sanitárias, para os efeitos da presente lei:

I – Prefeito Municipal;

II – Secretário Municipal de Saúde;

III – Coordenador de Vigilância Sanitária;

IV – membros das equipes ou grupos técnicos de vigilância sanitária;

V – fiscais sanitários ou ocupantes de cargos equivalentes.

Art. 100. As regulamentações que não estão expressas nesta Lei, obedecerão as normas regulamentares, provenientes das esferas estadual e federal, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a regulamentá-la, bem como baixar normas, portarias, atos normativos ou instruções necessárias à sua aplicação.

Art. 101. O Poder Público Municipal, através da Secretaria Municipal de Saúde, poderá requisitar câmaras frigoríficas e refrigeradores de estabelecimentos situados no Município para acondicionar produtos perecíveis, suspeitos de contaminação, até que seja liberado o laudo pericial.

Art. 102. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar os convênios necessários com os órgãos de saúde, empresas, agências e pessoas jurídicas a fim de fazer cumprir o disposto nesta Lei.



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

Art.103. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de janeiro de 2016 e ainda de acordo com as alíneas *b* e *c*, inciso III do art. 150 da Constituição Federal de 1988, ficando revogada a Tabela IX do Anexo Único da Lei Complementar 005, de 15 de dezembro de 2000.

Morrinhos, 14 de dezembro de 2016; 171º de Fundação e 134º de Emancipação.

ROGÉRIO CARLOS TRONCOSO CHAVES
=Prefeito=

Paulo Roberto de Souza
Rafael Rodrigues Sousa

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 075, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

ANEXO I

TABELA I

TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

N.º de Ordem	LICENÇA SANITÁRIA E RENOVAÇÃO	TAXA UFM	MULTA UFM
1	Comércio de Alimentos – Saneamento – Saúde do Trabalhador		
1.1	Cerealista Indústria de Alimentos Importação e Exportação Atacadista de Alimentos Supermercado Grande Porte Hotel / Motel Granja Torrefação e Moagem de Café	295	73,75



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

	Distribuidora de Pneus Depósito		
1.2	Dormitório/Barco Hotel Supermercado Médio Porte Madeira / Marmoraria Atacadista de Alimentos Posto de Combustível Lavanderia Embalsamento Transportadora	250	62,50
1.3	Indústria: Panificação/ Confeitaria/ Sorveteria/ Restaurante e Similares Marcenaria/ Serralheria/ Selaria Oficina Mecânica/ Auto Elétrica Produtos Naturais Escola/ Creches/ Berçário Funerária Pastelaria/ Boutique Clube/ Academia/ Circo	179	44,75
1.4	Bar/ Café e Similares Pensão Pit-Dog/ Trayller/ Lanchonete/ Cantina Açougue Mercearia/ Armazém varejista Barbearia/ Salão de Beleza	50	20



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

	Borracharia/ Ferro Velho		
1.5	Frutaria/ Quiosque Banca de Alimentos/ Feira Livre	50	20
2	Comércio de Alimentos – Saneamento – Saúde do Trabalhador – Estabelecimento com Cadastro Especial	180	36
2.1	Hospital/ Casa de Saúde Clínica Médica com Regime de Internação Indústria de Produtos Farmacêuticos/ Cosméticos Cooperativa/ Depósito	200	50
2.2	Serviço de Rx/ Rádioimunoensaio Clínica Médica/ Odontológica/ Veterinária e Congêneres sem Regime de Internação Clínica Radiológica Laboratório de Análise e Pesquisas Clínicas Posto de Coleta de Exames/ Transfusão Comércio de Artigos: Médico/ Hospitalar/ Odontológico	295	73,75
2.3	Ótica/ Laboratório Ótico Drogaria/ Farmácia Perfumaria Rx Odontológico/ Ultra-som Pedicure/ Dedetizadora Comércio de Produtos: Agropecuários/ Veterinários Comércio Varejista: Produtos de Limpeza	295	73,75
2.4	Consultório: Medicina/ Odontologia/ Veterinária/ Psicologia/ Fonoaudiologia Ambulatório	175	43,75



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

	Escritório de Representação Sala de Exames Complementares Laboratório de Prótese Posto de Medicamentos		
2.5	Comércio temporário Por dia Por mês	10 80	4,25 20
2.6	Comércio ambulante Por dia Por mês Por ano	10 38 58	4,25 9,50 14,50
2.7	Festas e eventos particulares	200	50



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

LEI COMPLEMENTAR Nº 076, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016.

TABELA II

TABELA DE SERVIÇOS

Nº DE ORDEM	DOCUMENTO	VALOR UFM/ANO
1	Atestado de Salubridade para loteamento	1.081
2	Abertura de Firma, responsabilidade técnica, alterações contratuais	216
3	Primeira análise de planta baixa	324
4	Nova análise, posterior à primeira análise de planta baixa	108
5	Certidão de baixa	108
6	Registro de produtos	108
7	Certidão de regularidade	108
8	Autorização para uso/comercialização de medicamento especial	216
9	Expedição do alvará sanitário	2,50
10	Expedição da 2ª via do alvará sanitário	54
11	Taxa de liberação de animais apreendidos – por animal	15



MUNICÍPIO DE MORRINHOS
Estado de Goiás

Morrinhos, 14 de dezembro de 2016; 171º de Fundação e 134º de Emancipação.

ROGÉRIO CARLOS TRONCOSO CHAVES
=Prefeito=

Paulo Roberto de Souza

Rafael Rodrigues Sousa